



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

"BNP – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA"

CNPJ/MF 00.454.453/0001-98

NIRE: 35.212.868.577

JUCESP - Santo André
180

ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 18/12/1982, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 33.309.830-4/SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 219.225.018-59, residente e domiciliado na Rua Chuí, nº 647 - Apto 7 - Vila Pires - Santo André/SP, CEP 09121-440 e;

PATRICIA DA SILVA GONÇALVES, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/08/1985, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 45.672.260-9/SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 334.733.418-35, residente e domiciliada na Rua Chuí, nº 647 - Apto 7 - Vila Pires - Santo André/SP, CEP 09121-440 e;

JACKSON SOUZA MARTINS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/07/1987, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.612.633-X/SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 358.324.768-08, residente e domiciliado na Rua Manoel da Nobrega, nº 334 - Apto 144 - Centro - Diadema/SP, CEP 09910 720 e;

ALLAN NEMES SILVA MOREIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 09/07/1990, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.630.934-X/SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 408.412.638-17, residente e domiciliado na Rua Andradina, nº 555 - Vila Valparaíso - Santo André/SP, CEP 09060 460.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada **BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA**, com sede a Avenida Aldino Pinotti, nº 500 - Bloco 06 - Apto 284 - (Escritório Administrativo) - Centro - na Cidade e Comarca de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP



3420.2550

Rua Nelson Barbosa Ferreira, 18
Vila Noêmia - Cep: 09370-560 - Mauá - SP

09750-220, sob NIRE 35.212.868.577 em sessão 21/02/1995 e inscrita no CNPJ sob nº. 00.454.453/0001-98, resolvem assim alterar o contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Neste ato, retira-se os sócios **ALLAN NEMES SILVA MOREIRA** e **PATRICIA DA SILVA GONÇALVES**, acima qualificados, que cedem e transferem a totalidade de suas quotas R\$ 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentas) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma totalizando o valor nominal de R\$ 12.500,00 (Doze Mil e Quinhentos Reais) de maneira onerosa, aos Sócios **ROBERTO PEREIRA DA S. GONÇALVES** e **JACKSON SOUZA MARTINS**, da seguinte maneira:

- 6.500 (Seis Mil e Quinhentas) Quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma totalizando o valor nominal de R\$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais) ao Sócio **JACKSON SOUZA MARTINS** e;
- 6.000 (Seis Mil) Quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma totalizando o valor nominal de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais) ao Sócio **ROBERTO PEREIRA DA S. GONÇALVES**.

CLÁUSULA SEGUNDA

O capital social que era de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), passa a ser de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) representado por 200.000 (Duzentos Mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, pelos sócios. Em decorrência do aumento de capital social, este fica assim distribuído:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
ROBERTO PEREIRA DA S. GONÇALVES	95%	190.000	R\$190.000,00
JACKSON SOUZA MARTINS	5%	10.000	R\$ 10.000,00
TOTALIZANDO	100%	200.000	R\$ 200.000,00



CLÁUSULA TERCEIRA

A administração e a gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES e JACKSON SOUZA MARTINS, individualmente com poderes e atribuições para tanto autorizado o uso do nome empresarial e vedado, no entanto, este uso em atividades e obrigações estranhas ao interesse social, sendo que o uso da firma será individualmente.

§ 1º - O uso do nome empresarial compete a ambos os sócios ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES e JACKSON SOUZA MARTINS individualmente e/ou em conjunto com um procurador legalmente constituído, os quais terão os mais amplos poderes de administração.

§ 2º - A sociedade poderá constituir procuradores expressos em cada mandato e especificando se os poderes nos respectivos instrumentos de procuração e sempre com prazo determinado.

§ 3º - O administrador e/ou o procurador, entretanto, não usarão o nome empresarial em negócios estranhos aos interesses da sociedade, nem em seu favor pessoal, nem no de terceiros, sendo lhes terminantemente proibido prestar avais, fianças, abonos, endossos de favor, bem como contrair obrigações cambiais ou outras em proveito próprio ou de terceiros, sob pena de nulidade, pagando ainda a sociedade, os prejuízos que a esta causar ou forem causados.

CLÁUSULA QUARTA

Neste ato o Sócio **ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES**, acima qualificado, decide alterar seu endereço Residencial que passará a ser na RUA DAS MONÇÕES, N° 1257 – APTO 42 – BAIRRO JARDIM – SANTO ANDRÉ – SP, CEP: 09090-521, de igual forma que o Sócio **JACKSON SOUZA MARTINS**, acima qualificado, decide alterar seu endereço Residencial que passará a ser na RUA MANOEL DA NÓBREGA, N° 334 – APTO 144 – BAIRRO CENTRO – DIADEMA – SP, CEP: 09910-720.



CLÁUSULA QUINTA

Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade gira sob o nome empresarial de **BNP SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA** com sede e domicílio na Avenida Aldino Pinotti, nº 500 - Bloco 06 - Apto 284 - (Escritório Administrativo) – Centro - São Bernardo do Campo/SP, CEP 09750-220; sendo o prazo de duração por tempo indeterminado e o foro o desta comarca.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

- I - Serviços de Assessoria, Consultoria e Suporte Técnico em Informática, Incluindo Manutenção, Help Desk, Help Fone, Service Desk, Firewall, Copias de Segurança (Backup), Segurança da Informação, Serviços Gerais de Reparos em Redes e Sistemas informatizados.*
- II - Prestação de Serviços de Desenvolvimento e Licenciamento de Softwares Customizáveis e Não Customizáveis;*
- III - Comercio e Serviços na Área de Informática, Compreendendo a Venda e Locação de Equipamentos de Rede, Telefonia, Eletroeletrônicos, Peças, Acessórios, Softwares, Computadores e Servidores.*



CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), dividido em 200.000 (Duzentas Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito, totalmente e integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
ROBERTO PEREIRA DA S. GONÇALVES	95%	190.000	R\$190.000,00
JACKSON SOUZA MARTINS	5%	10.000	R\$ 10.000,00
TOTALIZANDO	100%	200.000	R\$ 200.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1052 do novo Código Civil.

§ 2º - Uma vez constituída a sociedade, o sócio que venha a ser admitido não se exime das dívidas sociais anteriores a sua admissão.

§ 3º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração e a gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES e JACKSON SOUZA MARTINS, individualmente com poderes e atribuições para tanto autorizado o uso do nome empresarial e vedado, no entanto, este uso em atividades e obrigações estranhas ao interesse social, sendo que o uso da firma será individualmente.

§ 1º - O uso do nome empresarial compete a ambos os sócios ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES e JACKSON SOUZA MARTINS individualmente e/ou em conjunto com um procurador legalmente constituído, os quais terão os mais amplos poderes de administração.



JUL 2017
05
07 04 22

§ 2º - A sociedade poderá constituir procuradores expressos em cada mandato e especificando se os poderes nos respectivos instrumentos de procuração e sempre com prazo determinado.

§ 3º - O administrador e/ou o procurador, entretanto, não usarão o nome empresarial em negócios estranhos aos interesses da sociedade, nem em seu favor pessoal, nem no de terceiros, sendo lhes terminantemente proibido prestar avais, fianças, abonos, endossos de favor, bem como contrair obrigações cambiais ou outras em proveito próprio ou de terceiros, sob pena de nulidade, pagando ainda a sociedade, os prejuízos que a esta causar ou forem causados.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRO-LABORE

Pelo exercício da administração, os sócios terão direitos a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, a ser fixada de comum acordo entre os sócios dentro das possibilidades financeiras da sociedade até o limite máximo permitido pela Legislação do Imposto de Renda vigente do país.

CLAÚSULA SEXTA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao termino de cada exercício social em 31 de dezembro, o administrador prestara contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas os lucros e/ou perdas apurados.

§ 1º - Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, quando for o caso.



3420.2550

Rua Nelson Barbosa Ferreira, 18
Vila Noêmia - Cep: 09370-560 - Mauá - SP



PARMEJANI ORGANIZAÇÃO
CONTÁBIL LTDA ME

JUL 2017
05
07 04 22

CLAÚSULA SÉTIMA – DA CESSÃO DE QUOTAS E EXCLUSÃO DO SÓCIO

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 1º - Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

§ 2º - Pode o sócio ser excluído por justa causa, nos termos do artigo 1085 da Lei Federal (10 406/2002), ou ainda judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave ou por incapacidade superveniente.

CLÁUSULA OITAVA – EM CASO DE FALECIMENTO

Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ Único - Ocorrendo a hipótese da cláusula anterior, desde logo se procedera ao levantamento de um balanço geral extraordinário e todos os haveres do falecido serão creditados em conta a disposição dos herdeiros.

CLÁUSULA NONA – RETIRADA DE SÓCIO

Se um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar essa intenção ao sócio remanescente, por escrito com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres apurados em balanço levantado, especialmente, na ocasião, que lhes serão pagos 12 (doze) prestações mensais e sucessivas acrescidos dos juros legais.



3420.2550

Rua Nelson Barbosa Ferreira, 18
Vila Noêmia - Cep: 09370-560 - Mauá - SP

CLAÚSULA DÉCIMA – PARTICIPAÇÕES E ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá participar em outras sociedades, mediante aquisição de ações, quotas ou partes de capital, bem como abrir filiais sucursais ou escritórios em qualquer parte do país.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INTERMEDIÇÃO

No caso de divergência entre os sócios, esta será resolvida por intermédio de árbitros nomeados pelos mesmos.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO

Dissolver-se-á a sociedade, quando ocorrer:


- I - O consenso unânime dos sócios ou por deliberação da maioria absoluta;*
- II - A comprovação de impossibilidade de funcionar;*

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OMISSÕES

As cláusulas ou condições omissas neste contrato, serão regidas pelas leis vigentes no país.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peito ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.





PARMEJANI ORGANIZAÇÃO
CONTÁBIL LTDA ME

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias digitadas de um só lado, da mesma forma e teor, para que produza um só efeito, sendo a primeira via para o devido registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e as demais devolvidas aos contratantes depois de anotados.

São Bernardo do Campo – SP, 01 de Fevereiro de 2022

SÓCIOS:

ROBERTO PEREIRA DA SILVA GONÇALVES
SÓCIO REMANESCENTE

JACKSON SOUZA MARTINS
SÓCIO REMANESCENTE

ALLAN NEMES SILVA MOREIRA
SÓCIO RETIRANTE

PATRICIA DA SILVA GONÇALVES
SÓCIA RETIRANTE

TESTEMUNHAS:

Débora Gisele da Silva Ribeiro
CPF: 314.796.598-86
CRC SP 291327/O

Cleber Rodrigues Lacerdas
RG nº 47.276.670-3 SSP/SP
CPF: 380.014.648-73



3420.2550

Rua Nelson Barbosa Ferreira, 18
Vila Noêmia - Cep: 09370-560 - Mauá - SP